

O CAPITALISMO PASTORIL

Décio Freitas*

I

A menos que se sirva, como de um fio de Ariadne, do conceito teórico de relações de produção, o investigador da história perder-se-á sem remissão no tortuoso e sombrio labirinto das estruturas sociais, para, afinal, sucumbir frente ao Minotauro do empirismo.

Ilustram ao vivo essa verdade os estudos que identificam, na economia pastoril gaúcha, um sistema de produção feudal. A tese do feudalismo gaúcho não se fundamenta nas relações sociais de produção, mas, unicamente, no tamanho da propriedade, à base da vulgar noção de que latifúndio e feudalismo são inseparáveis, como se a grande propriedade fundiária não fosse de todos os tempos e todos os sistemas sociais, prestando-se, indistintamente, à produção escravista, à feudal, à capitalista ou à socialista.

Não é difícil demonstrar que o sistema pastoril gaúcho nada tinha de feudal. Na sua essência, o sistema de produção feudal estriba-se na obrigação imposta ao produtor direto de fazer ao dono da terra, em troca do direito de ocupá-la e usá-la hereditariamente, uma prestação em trabalho, espécie ou dinheiro. Dado que o produtor possui os meios de produção e subsistência, não carece de vender sua força de trabalho. Essa posse dos meios de produção e subsistência, no entanto, está condicionada ao pagamento de uma renda ao dono da terra, uma das três citadas modalidades. No geral, a subordinação do produtor toma historicamente a forma de uma constrição jurídico-institucional conhecida como servidão. O produtor feudal não produz mercadoria, produz apenas valor de uso, no quadro duma economia fechada e autárquica. Por último, o título feudal de propriedade distingue-se radicalmente do título burguês de propriedade. Nem o senhor feudal nem o camponês gozam da disponibilidade da terra, sujeita a vínculos e dependências de diversos tipos.¹

* Historiador.

¹ Acerca do conceito teórico de feudalismo, ver: Barry Hindess, Paul Q., Hirst (1976); Robert Henry Srouer (1978). Ampla investigação sobre os aspectos jurídico-institucionais do feudalismo encontra-se em Robert Boutruche (1973).

Ao revés disso, desde logo a massa de trabalhadores rurais da estância gaúcha se compôs de homens juridicamente livres que, não possuindo, a nenhum título, os meios de produção, tinham de vender sua força de trabalho para prover a subsistência. O trabalho escravo ou semi-servil aparece esporádica e isoladamente na produção pecuária. O que prepondera de forma absoluta é o trabalho assalariado dos peões, em número variável, segundo o tamanho da propriedade e os períodos da produção. Portanto, a economia pastoril apresentava aquilo que é o traço específico do capitalismo: não apenas a produção de mercadorias, de resto presente em outros sistemas, mas a transformação da própria força de trabalho em mercadoria, como outra qualquer. Demais, desde o começo, a propriedade da terra foi inteiramente alodial, vale dizer, uma propriedade privada isenta de quaisquer vínculos ou dependências, podendo o dono dispor dela como bem entendesse, para a compra e venda, para a hipoteca, para o arrendamento, etc. Uma pequena parcela da produção bovina destinava-se, decerto, ao consumo do estancieiro e dos seus trabalhadores, mas o sistema produzia fundamentalmente valor de troca. Tratava-se, em suma, de um sistema de produção social baseado no trabalho assalariado, o que importa dizer sistema capitalista².

Não o descaracteriza como tal o fato de coexistir com uma economia natural voltada para a produção de valores de uso mediante o trabalho escravo, ou mesmo o trabalho livre, nem o fato de abrigar uma que outra instituição semifeudal, baseada em prestação de trabalho, como era o caso dos posteiros. Nenhum modo de produção existe em forma pura, já que, como resultado da sobrevivência de condições econômicas antigas, sempre sofre de contaminações e misturas (MARX, 1974/75, v.3, p.36).

Está claro que era um capitalismo impuro, dependente e subdesenvolvido. Na teoria "(...) supõe-se que as leis do modo de produção capitalista operam plenamente, quando o que existe é aproximação, tanto maior quanto mais se desenvolve o modo capitalista de produção" (MARX, 1974/75, v. 3, p.36). Serão objeto de apreciação posterior os fatores determinantes do subdesenvolvimento da produção capitalista da estância, mas, desde já, convém consignar a observação geral de que as burguesias agrárias se destacam historicamente como as mais atrasadas, padecendo de um misonéismo apenas superado graças a pressões irresistíveis das burguesias urbanas.

² A tese do capitalismo pastoril é sufragada por inúmeros historiadores platinos: Ruben H. Zorrilla (1972); Sergio Bagú (1952); Nahuel Moreno (1957). Assinala Marx (1974/75, v.4, p.199) que a produção rural na base do trabalho assalariado configura capitalismo: "A expressão capitalista industrial abrange também o capitalista que explora empresa agrícola". Ou então: "Na medida em que o trabalho se torna assalariado, o produtor se torna capitalista industrial; por isso, a produção capitalista, e, portanto, a produção de mercadorias, só aparece em toda a sua extensão quando o produtor agrícola é trabalhador assalariado" (MARX, 1974/75, v.5, p.372). A pecuária representa "espécie particular de capital industrial", ao lado da mineração, da agricultura, da manufatura, do transporte (MARX, 1974/75, v.3, p.118). Quando baseada no trabalho assalariado, a pecuária caracteriza-se como "indústria rural" (MARX, 1974/75, v.3, p.36).

Não é menos peregrina a conceituação da estância como um sistema de produção escravista (CARDOSO, 1977). O erro advém da falta de um claro conceito teórico sobre a escravidão. Enquanto forma de propriedade, a escravidão é apenas uma instituição jurídica. A simples existência da escravidão não determina necessariamente um modo de produção escravista. Não há, assim, modo de produção escravista nas formações sociais em que, malgrado exista a instituição jurídica da escravidão, a produção social não se baseia fundamentalmente no trabalho escravo. Tal é o caso das formações em que o escravo está submetido a uma condição patriarcal, suplementando a força de trabalho do amo, ou o das formações em que o escravo desempenha predominantemente funções domésticas ou ostentatórias, descansando a produção sobre o trabalho de homens de condição servil ou livre. A existência de um modo de produção escravista pressupõe evidentemente a da instituição jurídica da escravidão, mas essa instituição, apenas por si, não constitui um modo de produção escravista (FREITAS, 1977;1980). Havia, decerto, escravos nas estâncias, porém não era senão isolada ou acessoriamente que participavam do processo produtivo da pecuária, na condição de peões. Da mesma forma, a imbricação da estância em um modo de produção definidamente escravista, qual fosse o da charqueada, não autoriza conceituá-la como tal.

Esboçadas essas premissas teóricas e metodológicas, importa apreciar as peculiaridades históricas do capitalismo pastoril gaúcho. Tentar-se-á demonstrar que, na estrutura pastoril gaúcha, regia a relação social correspondente ao modelo teórico do capitalismo. Subentende-se que não há a intenção de reconstruir o processo histórico da formação pastoril. O material histórico será invocado apenas para ilustrar a tese da existência daquela relação social.

II

Se é certo que a acumulação de capital pressupõe como regra a mais-valia e a exploração do trabalho social, o capitalismo pastoril sul-americano em geral e o gaúcho em particular constituem uma exceção, na medida em que sua acumulação primitiva se operou mediante o emprego de processos extra-econômicos, a saber, a conquista e a pilhagem.

Mobilizado pelos interesses mercantilistas, o Estado português ministrou os recursos de soldados e armas em guerras "determinadas pela posse das terras e pela conquista de rebanhos de gado", conforme o admite um historiador notável pela sua ditirâmbica apologia da sociedade pastoril gaúcha (GOULART, 1978, p.207). Os próprios soldados, na maior parte, converteram-se em estancieiros, pois "(...) todo soldado que se alistasse nas fileiras tinha o direito ao soldo e ao saque" (GOULART, 1978, p.207).

Não se tratava de terras de ninguém, embora escassamente ocupadas. Habitavam-nas, desde tempos imemoriais, tribos de índios primitivos, e, desde o início do século XVII, percorriam-nas ou usavam-nas os índios missioneiros. O gado das vacarias não

se desenvolvera por geração espontânea; fora lançado e criado nas extensas pastagens pelos jesuítas para sustentar e alimentar as populações missionárias domiciliadas em uma e outra margem do Ibicuí.³

O gado alçado ou chimarrão, pilhado mediante as arreadas ou vacarias⁴, foi o capital constante e circulante que serviu de base ao desenvolvimento da economia pecuária. Muito tempo ainda depois de consumadas a conquista e a pilhagem, o gado das estâncias continuou a se compor de bovinos e cavaleiros alçados ou chimarrões. Em 1808, apenas um quarto do rebanho gaúcho se compunha de gado manso (MAGALHÃES, 1867, p.51-71). Nos meados do século XIX, ainda era muito considerável a quantidade de gado alçado nas estâncias, consoante se deduz das instruções expedidas por um governador acerca dos rodeios nas estâncias.⁵ A dizer verdade, a criação de gado domesticado e confinado apenas se generalizou nos fins do século XIX.

A apropriação das terras fez-se do mesmo modo, mediante processos extra-econômicos. O Estado português dava-as segundo o valimento e a influência dos postulantes. Não foi respeitada a lei das sesmarias, que limitava em três léguas a concessão. A bem dizer, dadas as condições técnicas e econômicas da pecuária de então, o latifúndio impunha-se. A apropriação do gado implicava a da terra necessária para mantê-lo; a posse de uma grande propriedade assegurava a do gado alçado que nela pastava. A pecuária seria de todo antieconômica na pequena e na média propriedades.

Conseqüência disso, informa um observador no início do século XIX, é que "(...) um homem que tinha a proteção, tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome da filha e do filho que ainda estavam no berço" (MAGALHÃES, 1867, p.51-71). De resto, o fato pode ser verificado nos Livros de Registro de Sesmarias (R. Museu Arq. Pub. RS, s.d.). As propriedades mediam 10, 12 e mais léguas. Um funcionário da Coroa assinalava, em 1776, que "(...) toda a campanha está deserta, todos os campos estão dados e têm senhorio" (ROSCIO, 1942, p.29-56). Em 1808, "(...) há famílias que não possuem um palmo" (MAGALHÃES, 1867, p.51-71). Saint-Hilaire presenciou a expulsão de pequenos agricultores de suas choupanas e de suas terras "por homens ricos de Porto Alegre e outros lugares", que "(...) obtêm títulos de sesmarias desse mesmo terreno" (SAINT-HILAIRE, 1974). Em 1849, um governador confrangia-se de ver "(...) as famílias pobres que andam errantes, a pedir abrigo a um e outro, sem que alguém lhes valha" e "(...) não têm nem onde se conservar de pé" (ANDRÉA, 1850).

A apropriação e privatização das terras e dos gados, dando lugar ao aparecimento da estância como empresa pastoril capitalista, resultou do aproveitamento da carne para

³ Aurélio Porto (1954) documenta as iniciativas dos jesuítas na criação das vacarias.

⁴ Os portugueses, durante muito tempo, disseram indiferentemente "arreada" ou "vacaria". Ver, a propósito, Sebastião Francisco Bettamio (1858) e José de Saldanha (1938, p. 137-301).

⁵ Coleção de Leis da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

o preparo do charque destinado aos mercados brasileiros e estrangeiros. Sabe-se que, antes disso, apenas se aproveitavam o couro, o sebo e as aspás. Abatida a rês e feita a extração daqueles subprodutos, abandonava-se a carne em pleno campo. Quando vicejou no Brasil e no Exterior um mercado para a carne salgada — consumida até então apenas localmente —, desenvolveram-se as charqueadas ou saladeiros. Os historiadores platinos datam da primeira década do século passado o início do desenvolvimento das charqueadas em condições mercantis (GIBERTI, 1970, p.152, MONTOYA, 1970, p.14), e as indicações disponíveis permitem análoga periodização para o Rio Grande do Sul.

Para que a carne se pudesse aproveitar, cumpria manter o gado reunido em determinados espaços, submetê-lo a um processo de procriação e engorde e, sobretudo, subtraí-lo à faina extrativista e predatória dos gaúchos ou gaudérios.

As aparências são de que, na produção pecuária, faltava o pressuposto básico de qualquer sistema de produção social — o próprio trabalho humano.

Os conquistadores encontraram fabulosos rebanhos nascidos e criados à lei da natureza, sem intervenção do homem. Ainda depois do confinamento do gado nas estâncias, a produção conservou o aspecto de um processo de produção exclusivamente natural, em que o boi-mercadoria afigurava bem mais o resultado do simples transcurso do tempo do que do trabalho social. Para que o animal atingisse a idade econômica em que podia ser introduzido na circulação, forçoso era esperar pelo menos cinco anos. Não havia então a possibilidade técnica de abreviar este tempo. Cumpria deixar à ação de processos naturais o crescimento e o engorde do boi.

III

À vista disso, o processo de produção natural da pecuária pareceria um desmentido à teoria econômica, elaborada primeiro por Adam Smith e Ricardo e completada por Marx, de que apenas o trabalho social produz valor. Portanto, os ideólogos da elite pastoril propagaram a abusão de que, na produção da riqueza pecuária, nada se devia ao trabalho humano, o que implicava a conveniente negação de um processo de exploração social. Procurou-se revestir a faina pastoril de um aspecto lúdico. Assim, Rubens de Barcelos, malgrado admita que os rodeios exigiam "atividade intensa", otempera que tudo não passava de um "desporto guerreiro" e que o "(...) pastor rio-grandense é um ocioso" (BARCELLOS, 1955, p.30). Segundo Jorge Salis Goulart, não era para prover à subsistência que o peão se assalariava: "Serve o patrão espontaneamente, quase sempre por amizade", gozando de "uma independência inigualável" (GOULART, 1978, p.30-35). Não havia nessa relação social "nenhuma servidão econômica" e "(...) patrões e empregados (...) viviam em comum, com os mesmos hábitos e necessidades". Sá Brito (1979, p.90) apraz-se em descrever o trabalho pastoril como "aventuras agradáveis na vida da estância" e "costumes sadios, francos e leais". O brilho literário de Euclides da Cunha (1973) concorreu grandemente para a fortuna dessa mistificação. O gaúcho, escreveu ele, "(...) tinha o trabalho como uma diversão".

De fato, o simples decurso do tempo representava uma condição para que a mercadoria-boi ficasse pronta e acabada, e, a menos que percorresse esse processo, o capital produtivo não tomava a forma de capital-mercadoria. O tempo de produção natural superava largamente o tempo de produção social. A incorporação de trabalho social ao processo de produção natural dava-se de maneira esporádica e intermitente. Interrompido o processo de trabalho social, prosseguia o processo de produção natural. O capital-boi ficava, então, fora do processo de trabalho, exposto apenas à ação de agentes naturais — as pastagens, as chuvas, o frio, as secas, as epizootias.

Na verdade, porém, durante o tempo de produção natural, o capital-boi permanecia ocioso na esfera da produção. O processo de produção natural não conferia nem agregava valor a esse capital. Por outras palavras, não absorvendo trabalho social, o processo de produção natural não gerava qualquer valor econômico, de uso ou de troca. Desnecessário dizer que menos ainda gerava mais-valia, fonte de acumulação capitalista⁶.

O gado que vivia à lei da natureza, apenas por si nada valia. Para que se pudesse simplesmente consumi-lo, era mister trabalho.

As arreadas ou vacarias para a extração de couro exigiam trabalho — pesado e arriscado trabalho. Tais operações duravam muitos dias, em que os peões dormiam ao relento, sofriam privações e enfrentavam múltiplos perigos: os índios hostis, as feras selvagens, o gado chimarrão extremamente agressivo. Tamanho era o risco que, como regra, os escravos não participavam da operação. Eram muito caros e os donos não queriam perdê-los. Daí que se recorresse a "elementos de vida duvidosa", os gaúchos ou gaudérios (GIBERTI, 1970, p.29).

Azara oferece uma vívida descrição duma arreada para extrair couros, em estância de Maldonado, pertencente à Coroa:

"Reúne-se uma quadrilha de gente pelo comum perdida e facinorosa, e vão onde há o gado e, quando acham uma ponta ou tropa, formam uma meia lua: os dos lados vão unindo o gado, e o que vai no meio leva um pau comprido guarnecido de uma meia lua bem afiada com que desjarreta todas as reses, sem deter-se nenhum até que acabaram com as reses ou têm as necessárias; então voltam pelo mesmo caminho, e o que desjarretou, armado de um chuço, dá uma chuçada em cada rês que lhe penetra as entranhas, com o que morre, e se apeiam os demais para tirar o couro, carregá-lo e estendê-lo com estacas. Pelo comum se paga ao que desjarreta e chuceia um real por rês, e aos peões, um real e meio por couro" (AZARA, 1904, p.117).

Ainda mais trabalhosas e arriscadas eram as vacarias para captura de gado destinado ao povoamento das estâncias. Tal gado tinha de ser apanhado vivo, o que acrescia o risco. Aqui peões dificilmente recebiam dinheiro, sendo pagos sob a forma

⁶ Sobre o processo de produção natural, ver Marx (1974/75, v.3, p.124-127).

de um certo número de reses para sua alimentação (AZARA, 1904, p.117). Não poucos morriam nessas expedições, vítimas dos índios, das feras, das doenças e dos ataques do gado chimarrão. Há descrição pormenorizada de uma vacaria desse tipo na Banda Oriental. O tempo gasto foi de sete meses: três para a recolhida, um para levar o gado até o rio Uruguai, um para vadeá-lo, outro para chegar até o rio Paraná e ainda outro para passá-lo (CONI, 1930, p.47).

Nas estâncias de gado apropriado e privatizado, o trabalho era constante e cansativo, como se infere das instruções do Conde de Piratini a seu capataz (CESAR, 1978). Ordenava ele que, o mais cedo possível, antes do inverno, se procedesse à marcação do gado. De abril a junho, e de setembro a outubro, devia-se fazer a capação dos touros de mais de três anos. Os rodeios, cumpria fazê-los "o mais amiudadamente possível", no verão. Entre fins de outubro e novembro, havia de tosar as ovelhas. Em março e abril, era preciso tosar os cordeiros e capar todos os machos. No minguante de agosto ou setembro, o campo devia ser queimado. O gado seria repontado diariamente. O reponte, tarefa muito trabalhosa, consistia em manter o gado sob constante vigilância, para que não se desgarrasse. Cumpria, ainda, recrutar o gado: andar os peões de estância em estância, arrebanhando os animais que haviam fugido para outras propriedades, ou reunindo uma tropa dispersa que disparara. Havia ainda uma porção de tarefas diárias que mantinham o peão constantemente ocupado.

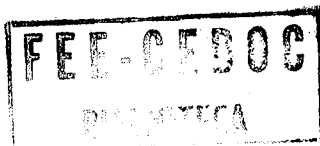
Pela importância de que se revestia no processo de trabalho da produção pecuária, o rodeio merece apreciação mais demorada.

Consistia em reunir o gado em determinado lugar — um grande campo situado em terreno mais elevado, lomba ou colina, às vezes cercado e provido de aguada natural. No meio desse lugar, cravava-se verticalmente um poste de inhaduvá, que servia para assinalar o centro do rodeio e atrair o gado (GIBERTI, 1970, p.152). A este lugar se dava o nome de rodeio.

Parava-se pelo menos um rodeio a cada seis meses (CESAR, 1978, p.38; DREYS, 1839, p.133). O estancieiro abonado parava pelo menos três rodeios ao ano (BRITO, 1979, p.55-62). Nas instruções dadas a seu capataz, o Conde de Piratini determinava que se parasse rodeio "o mais amiudadamente possível" (CESAR, 1978, p.37). Nos meados do século passado, quase todos os códigos de posturas municipais obrigavam os criadores a reservarem pelo menos um dia da semana para parar rodeio, em geral entre outubro e abril, afora pelo menos um rodeio nos demais meses⁷.

O rodeio situava-se, às vezes, a uma distância de muitas léguas do estabelecimento. Variava entre 20 e 30 o número de homens que dele participavam (BRITO, 1979, p.57). Há notícia de que, no Prata, nos grandes rodeios, a participação podia variar entre 80 e 100 homens (MOLAS, 1968, p.534-536). Para a maioria dos trabalhadores que participavam do rodeio, tratava-se de trabalho sazonal, e, findo ele, eram dispensados. Exigia "grandes despesas e trabalhos" e, por isso, não estava ao alcance dos "pobres"

⁷ Coleção de Leis da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.



(MAGALHÃES, 1867, p.51-71). A frequência dos rodeios dependia da disponibilidade de capital variável por parte do estancieiro; sem rodeio, ou seja, sem trabalho, não havia gado para venda.

Os peões partiam para o rodeio ainda madrugada alta e, quando o mesmo ficava muito longe do estabelecimento, na véspera, dormiam ao relento. A operação requeria muitos dias de trabalho (ABREU, 1948, p.30-31). Divididos em pelotões, os peões procediam preliminarmente ao reconhecimento dos diferentes paradeiros do gado e depois o iam costeando até sujeitá-lo a "rodeio". Era trabalho perigoso e deixava os peões esgotados (BRITO, 1979, p.57). Visava ao processo de produção natural: o gado era tratado, curado, castrado, apartado, costeado e, nas invernações ou nos campos inferiores, alimentado com sal.

Igualmente cansativo e perigoso, o trabalho da marcação. Em propriedades indivisas, sem mais limites que os naturais, fixava a propriedade do gado. Essa operação de marcação era tão importante que não se dizia que um estancieiro possuía "tantas léguas", mas que podia "marcar tantas reses". A doma dos cavalos — instrumentos de trabalho e meios de transporte —, de que participavam o domador e outros peões, estava sujeita a acidentes graves, inclusive à morte. Seguiu-se o trabalho para introduzir o gado no processo da circulação. Num tempo em que não havia cercas e o gado se conservava semi-selvagem, a formação de uma tropa destinada à charqueada era serviço especialmente trabalhoso e arriscado, em que se empregavam os melhores campeiros.

A tropa seguia depois para as charqueadas, percorrendo distâncias que consumiam de 20 a 30 dias de viagem. Os peões passavam a noite caminhando ou troteando ao redor da tropa desinquieta ou arisca. Enquanto uns dormiam ao relento, sobre pelegos, outros faziam a ronda, na chuva ou no frio.

"Nas rondas à noite, que triste espetáculo... Que transes, que angústias não sofre o tropeiro. Não dorme um instante, não pára um momento." (TAVEIRA JÚNIOR apud CORRÊA, 1964).

No final da jornada, as roupas dos peões, os xergões e a cavallhada estavam imprestáveis. As agruras desse trabalho eram cantadas pelos tropeiros:

"Triste vida a do tropeiro,
que nem pode namorar,
de dia reponta o gado,
de noite toca a rondar".

IV

O que, por conseguinte, transformava o boi em meio de consumo ou mercadoria era o trabalho social. Este é que punha os meios de produção em condições de percorrer os processos naturais da produção. Sem o impulso do trabalho, não se daria o resultado útil desejado — um boi adulto em condições de ser introduzido na circulação. Por sua vez, o valor do boi, como o de qualquer outra mercadoria, não era determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe dava a última forma, mas também pela quantidade

de trabalho já cristalizada no meio de produção. O valor do boi traduzia, pois, todo o trabalho passado ou presente empregado em produzi-lo economicamente.

A excepcional fertilidade natural conferia ao trabalho uma produtividade igualmente excepcional.

Em um dos seus textos mais célebres, **Memória sobre o Estado Rural do Rio da Prata**, Félix de Azara procede a uma demonstração da produtividade do trabalho na pecuária sul-americana em comparação com a do trabalho na cultura do trigo:

"Sabe-se que um lavrador na Espanha pode cuidar de uma gleba, que produza, em um ano e meio, cinqüenta fanegas de trigo, que fazem 23 $\frac{1}{4}$ de Buenos Aires. Supondo agora que as terras do Rio da Prata produzam o dobro: poderá o mesmo lavrador colher 46 $\frac{1}{2}$ fanegas do país. E se são 11, colherão 511 $\frac{1}{2}$, as quais, calculadas a três pesos, valem 1.534 pesos e $\frac{1}{2}$; e, consideradas como alimento, poderão manter, durante um ano, 216 $\frac{1}{2}$ pessoas; pois sabe-se, por cuidadosas observações, que consome cada uma por ano 5 $\frac{1}{3}$ fanegas de Castela, ou 2 $\frac{29}{5}$ de Buenos Aires. Isto se entende quando se come o pão com outras coisas; porque, comendo somente pão, dito trigo só alimentará a metade, isto é, 108 $\frac{1}{4}$. Sabe-se, também, por experiência, que uma estância de 10 D cabeças de gado vacum procria no Rio da Prata 3 D anuais e que bastam para seu cuidado um capataz com 10 peões; isto é, as mesmas 11 pessoas. Avaliem-se seu couro, carnes, sebo, graxas e aspas em 14 reais, e será o valor da dita procriação 5.250 pesos. Quanto à quantidade de alimento, supondo que baste uma rês para 60 pessoas que não comam outra coisa em um dia, produzirão as 3 D da procriação 493 $\frac{1}{5}$ rações anuais, e as demais 3 D couros, sebos, etc., que valem mais que outros tantos pesos. Resulta, pois, cotejando os produtos, que, vendidos em prata, avanta-se o dos 11 pastores em 3.715 $\frac{1}{2}$ pesos; considerados como alimento, também dá o dos pastores 385 rações a mais, afora mais de 3 D pesos pelos couros, sebo, etc. Não cabe falar na maior extensão de terra que necessitam os gados porque elas sobram e estão baldias. Caso se creia que eu tenha favorecido os pastores, supondo que toda produção dá couros, sebo, etc., não é pouco a favor que faço aos lavradores, concedendo que suas terras produzam o dobro, que sejam de igual trabalho, e que usem os mesmos instrumentos; pois ninguém ignora que um jornaleiro na Espanha vale o mesmo que três aqui; onde os instrumentos são bem imperfeitos e escassos, e que no Paraguai não usam o ferro no trabalho. Além de que são com enxadas, omoplatas de vacas. Além de que são raras as reses que não chegam a ser adultas; e, se muitas não dão sebo, há as que produzem 2 a 4 arrobas, cujo preço mínimo é de 5 reais a arroba. Acresce que, produzindo trigo e qualquer outro fruto do trabalho com igualdade em todos os campos do Rio da Prata, não podem ser comerciáveis senão levando-os para o exterior; e não à Europa, porque esta não os pode absorver; nem tampouco semeá-lo a 40 ou 50 léguas do embarcadouro, porque os fretes excederiam o principal, o que não sucede com os couros e o sebo. Nem o trigo e outros frutos do trabalho são de tão absoluta primeira necessidade aqui; quando vemos que os estancieros vivem sem eles, comendo somente carne. Ainda que se queira

fomentar o trabalho, repugna tanto a esta gente, que é difícil encontrar segadores a qualquer preço; quando, pelo contrário, não faltam jornaleiros de boa vontade para as estâncias, nem saída vantajosa para os produtos do pastoreio"⁸ (AZARA, 1969).

Em seguida, Azara oferece dados que permitem atribuir à produção pecuária um rendimento monetário 70% superior ao do trigo. Não admire, pois, que, lá como cá, se tenha trocado a produção de trigo pela pecuária, ainda mais se considerando a generalizada escassez de mão-de-obra.

Caberia criticar muitos aspectos da argumentação de Azara, mas aqui apenas interessa a questão da produtividade do trabalho em função da fertilidade da terra. A estimativa de Azara peca por supor uma fertilidade uniforme das pastagens, quando, na verdade, ela era muito desigual mesmo no Prata, onde, no conjunto, se mostrava assaz superior à do Rio Grande do Sul.

A fertilidade diferencial pode ser apreciada no tocante à dotação dos campos. Dreys calculou-a em 1.500 a 2.000 cabeças por légua quadrada (DREYS, 1839, p.135-136). No Rio da Prata, segundo Azara, seria de 2.500 cabeças por légua quadrada (AZARA, 1969). O cálculo de Luccock de uma dotação de 4.000 a 5.000 cabeças por légua quadrada afigura-se patentemente absurdo (LUCCOCK, 1975, p.144).

Assegura um historiador da pecuária platina que só havia aproveitamento de 50% das pastagens, por causa da impossibilidade de explorar campos não providos de aguadas naturais permanentes (GIBERTI, 1970, p.95). Dreys notou que "(...) essas grandes estâncias nunca recebem, nem podem receber, o complemento da população possível por ser desigual a fertilidade do pasto em tamanha extensão" (DREYS, 1839, p.135-136). Na metade do século passado, um observador tão atilado como o estancieiro e ex-Presidente da Província Luís Belo constatava que, nos campos extremamente "fracos" da região missioneira, numa extensão de 60 a 70 léguas, a dotação correspondia a apenas a metade da dos campos "finos" da Campanha, afora o maior custo da produção, decorrente da necessidade de dar sal ao gado três vezes ao ano (BELO, s.d.). O simples amansamento do gado aumentou a procriação em 20%, em relação à do gado alçado (CONI, 1930). No nosso século, o aramado, as aguadas e os pastoreios artificiais, a assistência veterinária e a vigilância estrita permitiram dobrar a dotação dos campos platinos, que passou de meia para uma cabeça (GIBERTI, 1970, p.47). Em estimativa feita já neste século, um autor gaúcho calculou que uma légua quadrada já podia conter e criar, em campo de primeira classe, de 3.500 a 4.000 reses; em campo de segunda classe, 3.000 reses; em campo de terceira classe, de 2.000 a 2.500 reses (JACQUES, 1912, p.222).

⁸ O termo fanega, utilizado na citação, significa medida para cereais equivalente a 100 quilogramas. O termo era usado na fronteira gaúcha. E o sinal D equivalente a 1.000.

V

Sem dúvida, Azara erra crassamente quando atribui a produtividade do trabalho apenas à fertilidade natural, esquecendo o importante fator representado pela habilidade e pela experiência dos trabalhadores empregados na pecuária. Em qualquer sistema econômico, essas habilidade e experiência, transferidas e acumuladas de uma geração para outra, são uma condição essencial da produção. Constituem, em última análise, o resultado de uma longa acumulação de capital variável efetuada pela classe dirigente.

Mercê da conquista e da monopolização das terras, a elite de estancieiros pôde desde logo, sem qualquer gasto de capital variável, dispor de uma massa trabalhadora dotada da experiência e da habilidade necessárias ao pastoreio. É que a técnica de trabalho e produção da pecuária no sul do Continente havia sido desenvolvida pelos indígenas e por eles transmitida aos aventureiros brancos ou mestiços internados na Campanha para as arreadas — os futuros integrantes do grupo social denominado **gaúcho**.

A técnica empregada na pecuária do Novo Mundo nada tinha em comum com a da Europa, não se verificando, nesse sentido, qualquer empréstimo significativo.

Explorada em pequenas extensões, a pecuária européia apenas produzia rebanhos limitados. Devido à pobreza das pastagens, a criação fazia-se mediante largo emprego da forragem. No pastoreio europeu, não se empregava o cavalo. O tempo de produção natural não era menor que na pecuária americana — não foi senão no início do século passado que principiou na Europa o emprego de métodos artificiais para abreviação do tempo de produção (SMITH, 1970) —, mas, em troca, absorvia muito mais tempo de trabalho, fator de elevação considerável do custo de produção. Mais ainda, na Europa, a significação econômica era despicienda comparada à da produção de cereais.

No sul do continente americano, enquanto isso, o gado encontrava-se em estado selvagem e precisava, antes de tudo, ser dominado como condição para seu aproveitamento. Tornou-se depois necessário criá-lo em dilatadas extensões. O caráter extensivo da criação e o estado selvagem dos rebanhos fizeram do cavalo não apenas o principal instrumento de trabalho, mas a própria base técnica da produção pastoril. Para dominar o gado bravo e possibilitar seu aproveitamento econômico, o trabalhador pastoril tinha de ter domínio absoluto do cavalo. A massa indígena autóctone — minuanos, charruas, tapes, guaranis — possuía esse domínio. Veja-se o expressivo testemunho de Azara sobre os ginetes missionários:

"Aqui vi tudo o que é capaz de fazer um homem a cavalo, em pêlo e com uma grande lança. Disparavam os cavalos com toda a fúria, estacavam-nos de repente e resolviam com agilidade indizível; no momento mais violento da carreira saltavam em terra, e montavam outra vez a cavalo, com a ligeireza de um falcão, apoiando-se na lança; às vezes se punham para um dos lados, ocultando-se de tal forma com o pescoço, a cabeça e o corpo do cavalo, que parecia que este corria sozinho" (AZARA, 1904, p.119).

Não se tratava, fundamentalmente, de um divertimento ou de uma tática de luta, mas de uma técnica de trabalho, exigida pelo estado selvagem do gado. Os sul-rio-grandenses e os platinos receberam dos indígenas a técnica de amansamento e governo do cavalo:

"Dos charruas e dos minuanos herdaram os gaúchos o governo do cavalo, como bocal de guasca sovada passado nas rédeas, durante os primeiros repasses do potro, isto é, durante a fase em que é ele redomão, metendo-se-lhe mais tarde o freio, depois do animal governar bem com as rédeas, munidas do dito bocal. Sistema de governar este que difere do trazido pelos europeus, portugueses e espanhóis, em que estes domavam de bridão, torneando o animal por meio de cada uma das canas da rédea de *per se*, não o habituando a governar para os lados, senão dessa maneira, aliás difícil, ao passo que, com o governo deixado pelos ditos índios, o cavalo cede finalmente para qualquer dos lados com as duas canas das rédeas unidas. É o sistema sul-rio-grandense e platino" (JACQUES, 1912, p.26-27).

Foram os índios que criaram e transmitiram aos europeus quase todos os principais instrumentos de trabalho — a boleadeira, o laço, o tirador —, a indumentária adequada ao trabalho — a bota de couro, o xiripá, o poncho —, a moradia primitiva — teto e paredes de couro —, a alimentação — o churrasco, o charque, o mate —, o transporte nos rios — as pelotas. Malgrado mais tarde modificados e aperfeiçoados pelos europeus, esses instrumentos e essas técnicas foram criados pelos autóctones (PORTO, 1954, p.67,71,74; SALDANHA, 1938; GOULART, 1978, p.107).

O índio e o mestiço de índio apareceram por isso, desde o início, como os trabalhadores ideais para a produção pecuária, como de resto continuariam a sê-lo até o alvorecer do nosso século (CESAR, 1970, p.220-221). Nada custaram aos estancieiros a produção e a reprodução desses experimentados e hábeis pastores. Nisso reside uma das razões do não-emprego de escravos negros, salvo de maneira acessória, no trabalho da pecuária. Seria necessária pelo menos uma geração para que um negro assimilasse essas técnicas, afora outros fatores que depois serão examinados.

As técnicas de criação propriamente ditas são devidas aos indígenas: o aquerenciamento do gado, o rodeio, a invernada, a castração, o tratamento veterinário. Deve-se notar, no entanto, que espanhóis, portugueses, sul-rio-grandenses e platinos degradaram a técnica criatória missioneira, para só igualá-la em fins do século passado. Sabe-se por Azara que as estâncias missionárias eram muito menores que as lusas e castelhanas e que possuíam gado muito mais manso e gordo, eram operadas, proporcionalmente, com menos peões e com apenas a metade ou a quarta parte de cavalos; afora isso, todas criavam ovelhas, secavam ou charqueavam toda a carne e não gastavam nem a metade (AZARA, 1969).

O recrutamento e a exploração dessa força de trabalho apresentaram-se como um problema crucial para o nascente capitalismo pastoril.

Os primeiros peões foram índios guaicurús, minuanos, charruas e outros (JACQUES, 1912, p.107), obrigados ao trabalho assalariado à medida que a conquista progredia em ambos os lados da fronteira móvel. A massa de gaúchos ou gaudérios, que no início do século XIX representava cerca de 10% da população do Continente

(CAMARGO, 1868), ainda dispunha de seus próprios meios de subsistência: para comer, abatia uma rês nos campos imensos ainda não ocupados efetivamente pelos proprietários. Somente se assalariava forçada por imperiosas necessidades e, para obrigá-la a isso, recorreu-se à coerção extra-econômica, equiparando a delinquentes todos os que não se empregassem em estâncias.⁹ A proliferação das estâncias multiplicou dramaticamente as necessidades de força de trabalho, cuja escassez fazia subir os salários. Sobram indicações de que, nessa fase, a escassez e o alto preço da força de trabalho se constituíram no máximo obstáculo ao desenvolvimento da economia pastoril.

A solução lógica seria o aproveitamento do grande reservatório de força de trabalho que eram as Missões. O problema, no entanto, consistia em que os índios missioneiros não precisavam se assalariar, pois possuíam meios de produção e subsistência. No seu apogeu, os Povos chegaram a contar, em suas estâncias, com um número aproximado de um milhão de cabeças de gado de toda a espécie, principalmente bovinos, ao mesmo tempo em que floresciam a agricultura e o artesanato (PORTO, 1954, p.184).

Para que essa força de trabalho se submetesse ao trabalho assalariado e à exploração, tinha de ser separada e despojada de seus meios de produção — uma solução tipicamente capitalista.

A ocupação das Missões pelos exércitos conjuntos da Espanha e de Portugal, como decorrência do Tratado de Madri (1750), e a expulsão dos jesuítas (1767) desencadearam um rápido processo de desagregação da estrutura missioneira. A partir de então, "(...) os índios abandonam as povoações e vão perambular pelas estâncias, quer rio-grandenses, quer de correntinos e paraguaios" (PORTO, 1954, p.256-257). Assinala Roscio (1942) que os missioneiros "(...) servem de grande socorro a este continente em todos os trabalhos grosseiros e fortes". Saint-Hilaire (1974, p.118) diz que se assalariavam para prover à simples subsistência: "Iam para as estâncias, onde tinham assegurada a alimentação (...) eles sabem que nas estâncias serão recebidos como peões, tendo abundância de carne e recebendo algum salário".

Apesar de tudo, ainda restava um número considerável de missioneiros na posse de seus meios de produção e subsistência. O capitalismo pastoril em expansão cobijava essa força de trabalho.

Em 1801, um grupo de aventureiros estimulados pela Coroa Portuguesa ocupou as Missões, expulsando os espanhóis. Os índios missioneiros perderam o que ainda lhes sobrava de terra, repartida entre os conquistadores. Saint-Hilaire pinta o quadro de fome e miséria que passou a dominar a região missioneira: "As índias prostituíram-se, as moléstias venéreas progrediram e a produção diminuiu de modo sensível" (SAINT-HILAIRE, 1974, p.118).

⁹ Rodrigues Molas (1968) reúne impressionante documentação sobre o processo de coerção extra-econômica contra os gaúchos. No Continente, a documentação reflete a hostilidade e a perseguição contra o gaúcho. "Castelhanos contrabandistas", escreve o Coronel José Marcelino de Figueiredo, em carta de 18.02.1779 (Rev. do Arq. do RGS, s.d., p.195). Em carta de 15.03.1780, refere-se a eles como "ladrões" (Rev. do Arq. do RGS, s.d., p.496). "Vagabundos e ladrões do campo", chama-os José Saldanha (1938).

Novos contingentes de missioneiros, para fugir da fome, buscaram o trabalho assalariado em estâncias sul-rio-grandenses, orientais, correntinas, entrerrianas; não apenas nas estâncias, mas também na agricultura ou nos trabalhos das fortificações de Torres e Rio Grande (CESAR, 1970, p.220-221; SAINT-HILAIRE, 1974, p.109; VARELA, 1933, p.71). Estimou-se que andavam por 20 mil os missioneiros espalhados pelas estâncias e povoações sul-rio-grandenses (JACQUES, 1912, p.107). Em alguns lugares, como Rio Pardo, os missioneiros eram tão numerosos que se falavam indiferentemente o português e o guarani (DREYS, 1839, p.99). Não por acaso, a partir da conquista das Missões, a economia pastoril conheceu notável expansão.

Enquanto isso, os estancieiros platinos, às voltas com aguda escassez de força de trabalho, decidiram, em 1828, se apoderar da restante população guaraníca das Missões. Isso teve lugar através de ousada incursão do caudilho Frutuoso Rivera na região missioneira, estimulada e financiada declaradamente por estancieiros platinos (PORTO, 1954; BERAZA, 1971). Supõe-se geralmente que a razia de Rivera teve como exclusivo desígnio o apoderar-se, como de fato se apoderou, de considerável quantidade de gado. Mas, entre seus desígnios, inscreveu-se também a captura de índios, pois os índios constituíam "(...) o braço direito da indústria do Continente, onde com eles se fazia tudo, e sem eles seria preciso que os brasileiros recorressem aos escravos da costa do leste"; e este potencial humano contribuiria para o desenvolvimento da Banda Oriental (BERAZA, 1971, p.89). Ao abandonar as Missões, Rivera conduzia um rebanho de 80 a 100 reses (VARELA, 1933, p.353) e uma população missioneira de 10 a 12 mil pessoas (PORTO, 1954, p.405). Transposto o rio Quaraí, antes de atingir o Arapeí, concentrou os missioneiros num acampamento a que deu o nome de Bella Unión. Para impedir que essa força de trabalho beneficiasse os concorrentes platinos, o militar e estancieiro Manuel Luís Osório atacou e massacrando grande parte dos índios. Em 1831, os sobreviventes, não suportando a opressão, sublevaram-se. O próprio Rivera passou-os a fio de espada, extinguindo o aldeamento de Bella Unión e repartindo os demais pelos estancieiros orientais (VIDAL apud PORTO, 1954, p.410).

Para concluir, o trabalhador pastoril de que puderam dispor os estancieiros era um trabalhador qualificado, o que significa que seu trabalho possuía uma maior capacidade de criar valor do que se seu trabalho fosse simples. Sabemos que todo trabalho especializado gera mais valor que igual quantidade de trabalho simples. A isso se deve, sem dúvida, o êxito da empresa pastoril.

VI

Nesta altura, a propósito da força de trabalho na economia pastoril, convém discutir o papel da escravatura, objeto de alguma controvérsia na historiografia gaúcha.

Uma das principais fontes da controvérsia reside no famoso e fecundo diário de viagem de Saint-Hilaire. O sábio francês alude freqüentemente a "estâncias" com número considerável de escravos, mas poucos ou nenhum trabalhador livre. Essas observações induzem alguns historiadores à conclusão de que, às vezes, o trabalho

pastoril fosse desempenhado predominantemente, quando não exclusivamente, por escravos, caracterizando-se, assim, como um sistema de produção escravista.

Estância proveio do arcaico **estanciar** ou **estancar**, lugar aonde se parava ou permanecia por algum tempo. Fernão Lopes, nas **Crônicas**, diz **estantes** para designar residentes. Escrevendo em 1871 sobre o Continente, Roscio diz "estância ou casa" (ROSCIO, 1942). Estância se disse depois a propriedade onde vivia, em caráter permanente, o dono de rebanhos; por extensão, chamou-se assim a grande propriedade agrícola da Campanha enquanto o gado não expulsou o cereal. No tempo em que Saint-Hilaire fez sua viagem, ainda prosperava uma significativa produção tríticola na base do trabalho escravo, o que explica que ele chamasse tais propriedades de estâncias.

A agricultura extensiva sempre se prestou bem ao trabalho escravo. Daí que fosse "apreciável" o número de escravos nas propriedades agrícolas, conforme assinala Jorge Salis Goulart (1978, p.258-260). Nos municípios agrícolas, ou que combinavam agricultura e pecuária, a população escrava era muito superior à dos municípios exclusivamente pastoris.¹⁰

São a esse respeito elucidativas as informações que possuímos acerca de um certo Inácio de Melo, proprietário de uma "estância" em Arroio dos Ratos, no século XVIII. Embora só tivesse um insignificante rebanho de 500 cabeças de gado e 800 cavaleiros, possuía 12 escravos. Considerando que àquele tempo o meneio de uma estância de 10 mil cabeças podia fazer-se com meia dúzia de peões, não cabe admitir que os 12 escravos se ocupassem no trabalho pastoril. Sucede que Inácio de Melo plantava muito trigo e mantinha um pomar de mais de 500 árvores frutíferas. Essas produções exigiam numerosa força de trabalho e nelas é que se ocupavam os escravos (FABRÍCIO, s.d., p.113). Saint-Hilaire (1974, p.80) conheceu uma propriedade onde eram empregados 12 negros apenas no trabalho de um pomar. Numa propriedade de Santa Maria, reparou que "(...) o dono da casa e seus filhos cuidam do gado e os negros da plantação" (SAINT-HILAIRE, 1974, p.179). Registra-se por igual grande número de escravos nos municípios da Campanha onde se conjugavam a pecuária e a charqueada.

Ao se processar a grande divisão do trabalho entre estâncias e charqueadas, medrou nestas últimas um sistema de produção baseado no trabalho escravo, centralizado no Município de Pelotas e circunvizinhanças. Nos centros urbanos, condensava-se numerosa população escrava, ocupada principalmente na produção artesanal e nos serviços domésticos.

Por todos os títulos, seria desaconselhável o emprego do escravo no trabalho pastoril. Desde logo, considere-se o problema da supervisão e da vigilância, crucial em todos os sistemas de produção baseados na oposição entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção. Quanto maior a oposição, tanto mais importante o papel que a supervisão e a vigilância desempenham, atingindo o máximo nos sistemas de produção

¹⁰ Ver a propósito dados estatísticos de Eleutério Camargo (1868).

baseados no trabalho escravo. No pastoreio, seria necessário colocar um feitor ao lado de cada escravo pastor, já que, sem a vigilância e a supervisão, o mesmo obviamente trabalharia pouco e mal, usando, com toda a probabilidade, o cavalo para fugir através das dilatadas, indivisas e desocupadas campanhas, cruzando a raia em busca de uma liberdade assegurada legalmente nas terras platinas. Não há necessidade de demonstrar que essa vigilância e supervisão seriam antieconômicas. O escravo que não era explorado diretamente no trabalho pastoril, ou seja, aquele submetido a uma condição patriarcal, praticamente dispensava a vigilância e a supervisão. Esse tipo de escravo afeiçoava-se em extremo ao senhor, não aspirava a fugir e sequer a se libertar do cativo, como se viu quando veio a abolição.

À parte isso, os africanos não possuíam experiência técnica de trabalho pastoril. Não poderia haver nada mais antieconômico que a importação de um negro da África para submetê-lo a um prolongado adestramento. Nem se justificaria semelhante gasto de capital quando existia uma massa de trabalhadores dotados de experiência e tradição pastoris.

Não é dizer que não houvesse em absoluto emprego de escravos negros nas atividades pastoris. Nas crônicas e sobretudo nos inventários, aparecem reiteradas alusões a negros ou escravos "campeiros". Os que desempenhavam atividades propriamente pastoris eram, como regra, negros forros. Apenas havia emprego de escravos em trabalhos auxiliares do pastoreio, à condição de que sobre eles se pudesse exercer a vigilância. Tal ocorria, por exemplo, nas arreadas e nos rodeios, em que havia a participação de capatazes. "Nas estâncias pouco tem que fazer o negro, exceto na ocasião rara dos rodeios", testemunha Dreys (1839, p.90). Nas já citadas instruções do Conde de Piratini, pode-se ver quais eram as tarefas atribuídas aos escravos da estância: ajudar o posteiro; fazer lenha; limpar currais; queimar o campo; carregar madeira para fazer mangueiras; tirar leite das vacas; cuidar dos porcos. No rodeio serviam de auxiliar dos peões, não constando que se lhes confiasse um cavalo para andarem sozinhos pelo campo. De resto, parece significativo que não houvesse nas estâncias a figura profissional do feitor, tal como sucedia nos engenhos do Nordeste e nas charqueadas.

De todo modo, os escravos sempre foram pouco numerosos nas estâncias de gado, onde tiveram sua principal ocupação nos serviços domésticos e na produção de subsistência.

Deve-se ao Historiador Paulo Xavier (1969, p.78) uma importante contribuição metodológica para o estudo da história pastoril. Mostrou que, ao lado da produção capitalista, vicejava uma economia natural, em que os processos de trabalho se destinavam à satisfação das próprias necessidades do estancieiro e de sua família, conjugando, como sucede em toda economia natural, a agricultura e a indústria doméstica.

Em todas as estâncias, havia um espaço cercado de espinhos, em que se cultivavam o trigo, o feijão, o arroz, a mandioca, o milho, a abóbora, a hortaliça, as árvores frutíferas. Havia, ao mesmo tempo, uma indústria doméstica, gerida diretamente pela mulher do estancieiro, que produzia queijos, lingüiças, conservas, charque, tecidos, rendas, artigos de couro, etc. (XAVIER, 1969, p.78; CESAR, 1978, p.40).

Os meios de subsistência, as matérias-primas e os artefatos assim elaborados eram, na sua virtual totalidade, consumidos direta e imediatamente pela própria família do estancieiro e mais moradores da estância, que, dessa forma, satisfaziam necessidades

fundamentais baseados unicamente na sua própria economia, independentemente do mercado ou dos movimentos exteriores da produção.

Os processos de trabalho dessa economia natural eram desempenhados por escravos. Uma vez que o trabalho excedente produzia apenas valores de uso e não mercadorias destinadas ao intercâmbio, esses escravos viviam submetidos a relações de produção do tipo patriarcal. Essa produção patriarcal gerou uma superestrutura político-institucional qualificada geralmente como feudal, quando, na verdade, era apenas patriarcal. Originou o caudilhismo, que não por acaso entrou em agonia em fins do século passado ou em começos deste, quando se operou uma divisão do trabalho, em consequência da qual o estancieiro e sua família passaram a viver nos centros urbanos.

A economia natural, de todo modo, indica o grau extremamente restrito da divisão social do trabalho, bem como as rígidas limitações do capitalismo pastoril na sua primeira fase.

VII

Não mentem os viajantes do século passado, como não mentem nesse ponto os hagiólogos da sociedade pastoril, quando asseveram que os escravos das estâncias eram relativamente bem tratados. A contrafação histórica surge quando se generaliza esse bom tratamento a todos os escravos, compreendidos os da agricultura e os das charqueadas. Não é menos falso, naturalmente, dizer-se que todos os escravos recebiam um tratamento duro e cruel. Justiça seja feita a observadores como Saint-Hilaire, Dreys, Isabelle e Luccock, que souberam distinguir entre o tratamento dos escravos nas estâncias e nas charqueadas.

Propõe-se geralmente em termos abstratos a questão do tratamento para com o escravo; o senhor era bom ou era mau?

Na verdade, o senhor era bom ou mau segundo o uso que fazia do escravo, não segundo idiosincrasias pessoais. Dava tratamento extremamente brutal ao escravo destinado à produção de mercadorias, pois esse escravo, constituindo uma forma de capital fixo, devia produzir no menor tempo possível a mais-valia prevista. Uma vez obtido esse lucro, pouco se dava se ficasse inútil ou morresse. Ao revés, o escravo doméstico, comprado para o consumo, não dava lucro. O estancieiro comprava-o com a parcela de mais-valia que consumia pessoalmente ao invés de aplicá-la no processo da produção mediante a compra de mais terras ou gado, ou da contratação de mais peões. Uma vez que sua morte representaria um puro prejuízo, cumpria tratá-lo bem e prolongar-lhe a vida.

Acerca disso, informa Guilhermino César:

"A saúde dos escravos era objeto de cuidados especiais, havendo toda uma literatura, que ainda não foi devidamente estudada, acerca das doenças que os acometiam e do respectivo tratamento. Para ter êxito de venda, os livros de medicina caseira deviam referir-se ao escravo".

Circulava, entre os estancieiros, um livro de medicina caseira, de autoria de I. B. A. Imbert, intitulado **Manual do Fazendeiro, ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros** (CESAR, 1978), já em segunda edição no ano de 1839. Parece significativo que o título acima, em grandes caracteres, seja seguido de um subtítulo em caracteres muito pequenos: **Generalizado a Todas as Classes**. Vale dizer, havia muito mais interesse na preservação da saúde dos escravos, forma importante de propriedade, do que na do comum das pessoas.

Nas instruções a seu capataz, o Conde de Piratini instava a que se prestasse "(...) todo o bom tratamento aos escravos, e muito especialmente nas ocasiões em que estejam doentes". Precisavam andar sempre "limpos", e a alimentação devia ser "farta", permitindo-lhes plantar gêneros e criar galinhas. Receberiam mensalmente três palmos de fumo e, em dias frios e chuvosos, um ponche de água quente com aguardente. É significativo que não conste nenhuma instrução sobre a saúde e o conforto dos peões. Comparando as instruções do Conde de Piratini a seu capataz com o regimento de Fernandes Vieira a seus feitores no século XVII, mede-se toda a diferença existente entre o tratamento do escravo produtivo e o do escravo de consumo. Luccock (1975, p.134-135) percebeu isso: "O preço que se pagava por um escravo era alto, havendo grande dificuldade em consegui-los, o que em parte pode justificar o bom trato que lhes davam".

Essa peculiaridade da escravatura gaúcha autoriza suscitar a hipótese da ocorrência de um processo de crescimento natural da população escrava.

Convém lembrar que uma das leis do modo de produção escravista consistia em que a força de trabalho não se reproduzia pela natalidade. Os óbitos superavam largamente os nascimentos, impondo a reprodução através de guerras de conquista, como em Roma, ou da importação, como no Novo Mundo. O empenho de extorquir mais-valia destruíva rapidamente a força de trabalho e impedia seu crescimento natural. A criação do escravo, do nascimento à idade produtiva, seria antieconômica, dado o custo de sua manutenção durante um período de tantos anos. A solução seria sempre a compra de um novo escravo com parcela da mais-valia produzida por outro escravo.

Semelhante lei não era válida para os sistemas de exploração patriarcal ou doméstica, em que o escravo apenas produzia valor de troca, não qualquer mercadoria. Esse escravo se reproduzia pela natalidade. Os Estados Unidos são o caso sobre o qual possuímos informações precisas. Quando naquele país se aboliu a escravatura, a população escrava era muito superior ao número dos que haviam sido importados.¹¹ Esse crescimento se deu nas pequenas propriedades em que o escravo estava submetido a uma exploração do tipo patriarcal. Sucedeu o contrário no Brasil, onde, no momento da abolição, apenas havia 600 mil escravos de um total de pelo menos três milhões e meio que haviam sido importados (FREITAS, 1977).

Não há indicações de análogo fenômeno no escravismo patriarcal ou doméstico do Rio Grande do Sul. Os elementos demográficos fornecidos por Eleutério Camargo, no

¹¹ Ver Robert William Fogel e Stanley L. Engerman (1974).

entanto, fornecem uma indicação indireta e plausível. Cerca de 40% da população escrava tinha menos de 15 anos, o que representava um gritante contraste com o Nordeste, onde os escravos daquela faixa etária não alcançavam em média 6%. Isso só se pode explicar pela reprodução natural. De resto, a alimentação farta na base da carne, o clima temperado e a ausência de doenças endêmicas contribuíam igualmente para tal crescimento. Os observadores coincidem em sublinhar as magníficas condições sanitárias da população gaúcha, o que explica de resto o extraordinário crescimento demográfico do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX.

A questão do crescimento natural da população escrava do Rio Grande do Sul não passa, é bem de ver, de simples hipótese, que permanece em aberto, à espera de investigação empírica.

Para evitar mal-entendidos, ressalve-se que, malgrado a escravatura não tenha assumido no Rio Grande do Sul as formas brutais do Nordeste, houve oposição e resistência dos escravos, traduzidas amiúde em fugas, quilombos e tentativas insurrecionais. Já em 1798, a Câmara de Porto Alegre nomeava um capitão-do-mato para perseguir os quilombolas: "Nesta vereança se deferiu a vários requerimentos e se mandou fazer uma marca F para marcar os escravos apanhados em quilombos, e assim mais um tronco para o capitão-do-mato segurar os escravos que forem apanhados em quilombos para neles se fazer a execução que a lei determina antes de entrar na cadeia"¹². Análogas medidas aparecem em atas subseqüentes para localidades sob a jurisdição de Porto Alegre. Os códigos de posturas municipais promulgados nos anos 60 do século passado estabeleceram severas disposições tendentes a reforçar o controle sobre os escravos. Os delegados de polícia nomeariam os capitães-do-mato; não seriam permitidos os "candomblés ou batuques, danças de congos e danças de pretos"; os escravos não podiam, sem licença da autoridade policial, morar fora da casa de seus amos; não podiam jogar nem freqüentar locais de diversões públicas, ou portar qualquer tipo de arma, ou ainda andar à noite pelas ruas sem papeletas de seus amos. Não deixa de ser curioso que essas disposições figurassem no capítulo referente à "limpeza e salubridade da vila"¹³.

Investigações recentes dão testemunho de tentativas insurrecionais na região das charqueadas (MAESTRI FILHO, 1979). A existência de pelo menos 12 denominações geográficas **quilombo** sugere que o protesto escravo foi bem mais intenso do que geralmente se imagina (FARIA, 1914). As fugas para o Prata, onde lhes era garantida a liberdade, foram um sério problema para os senhores de escravos. Esses negros fugidos pegavam às vezes em armas contra os luso-brasileiros. "Os mais valentes soldados de Artigas são os negros fugidos", informa Saint-Hilaire (DREYS, 1839, p.193-194), no que é corroborado pelos historiadores platinos.

Seja como for, não se registram no Rio Grande do Sul insurreições escravas comparáveis às do Nordeste. Talvez isso não se devesse apenas à maior brandura da

¹² Ata de 18.04.1798 (Congr. Hist. Geog. RS, 2, s.d.).

¹³ Coleção de Leis da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

escravatura gaúcha, mas àquilo que Dreys denominou de "imensa potência de repressão" dos senhores (DREYS, 1839, p.193-194), uma categoria social sempre de armas na mão e em pé-de-guerra.

O caráter "impuro" do capitalismo mercantil gaúcho manifesta-se ainda na existência de algumas instituições semifeudais, entre as quais sobressaia a do **posto**.¹⁴ Situava-se este nas divisas dos campos, especialmente nas proximidades dos passos e dos rios. Compunha-se de um ou mais ranchos para moradia e acomodações para animais, como poteiros e mangueiras. O encarregado do posto, ou posteiro, era geralmente um índio ou mestiço da inteira confiança do estancieiro. Vivia na companhia da sua china e dos seus filhos, sendo ajudado por negros velhos ou por outros índios que viviam às vezes em ranchos separados.

Afora o direito de morar, podia o posteiro cultivar gêneros e criar algumas vacas, porcos ou galinhas para sua subsistência. Incumbia-lhe, em troca, prestar ao estancieiro uma série de serviços: evitar roubos de gado e intrusões na propriedade; costear o gado e cooperar nos rodeios. Esse trabalho era gratuito, configurando, pois, uma modalidade de corvêia. Em grandes estâncias, podia haver três ou quatro posteiros, ajudados por um peão pago ou por um escravo, colocados à sua disposição pelo estancieiro (CESAR, 1978, p.39-44).

VIII

Ao tempo em que o gado sem dono se reproduzia espontaneamente, o habitante da Campanha precisava de pouco tempo de trabalho para obter os meios de subsistência. Simplesmente abatia uma rês no campo, e a carne assim obtida podia alimentá-lo por vários dias.

Uma vez feito isso, não tinha o que fazer. A única coisa que as favoráveis condições naturais lhe proporcionavam era tempo ocioso, de resto empregado estupidamente. A fertilidade natural e a produção predominantemente espontânea dos meios de produção não criavam apenas por si produto excedente. A criação de um produto excedente não é, sublinha Marx (1974/75, v.2, p.590), "uma propriedade inata do trabalho do homem". Dito em outras palavras, uma vez satisfeitas suas necessidades de subsistência, não utilizava o campeiro produtivamente o tempo excedente, para produzir um produto excedente para si mesmo ou para outrem. A nímia prodigalidade da natureza não estimulava o desenvolvimento do homem, constituindo-se, pelo contrário, em um fator negativo. Não bastasse isso, o tipo de produção do gaúcho era altamente destrutivo, e, não fora a apropriação privada, os rebanhos breve se extinguiriam, como acertadamente advertiu Azara.

¹⁴ Ver Severino de Sá Brito (1979, p.29); Guilhermino Cesar (1978, p.39); João Cezimbra Jacques (1912, p.164); Callage; Coruja; D. Azambuja; Teschauer, citados por Correa (1964).

Para que houvesse trabalho excedente, seria mister uma compulsão externa. Surgiu essa compulsão no momento histórico em que uns poucos se apropriaram das pastagens e do gado.

Desde então, a aquisição, pelo campeiro, do direito de trabalhar para seu próprio sustento esteve condicionada a que, convertido em trabalhador assalariado, subministrasse trabalho excedente ao dono das pastagens e do gado.

A fim de produzir seu sustento, continuou a trabalhar, mais ou menos, o mesmo tempo que antes. Admita-se que, antes da apropriação privada, trabalhasse uma manhã para descobrir, caçar e abater um boi alçado. Admita-se, ainda, que essa manhã de trabalho lhe desse o sustento de uma semana. Depois que se transformou em trabalhador assalariado, continuou a trabalhar mais ou menos o mesmo tempo, ou seja, uma manhã, para produzir seu sustento de uma semana. Sucede, apenas, que desde então, depois daquela manhã de trabalho, em vez de ficar ocioso, como antes ficava, tinha de trabalhar para outrem, o dono da terra e do gado, durante os demais dias da semana, fornecendo-lhe gratuitamente um trabalho excedente — a mais-valia.

A magnitude do trabalho excedente era determinada pelas condições naturais de trabalho. Quanto mais favoráveis essas condições, tanto menor a quantidade de trabalho necessário e, conseqüentemente, tanto maior a quantidade de trabalho excedente.

O tempo de trabalho necessário à manutenção e à reprodução do trabalhador da pecuária mostrava-se extremamente exíguo. Os meios de subsistência, consistentes quase só de carne, provinham de uma riqueza essencialmente natural, quase uma dádiva da natureza. Veja-se, por exemplo, nas contas de Sebastião Francisco Bettamio, a carne para consumo urbano a menos da metade do preço da farinha de trigo. Depois, o clima temperado, comparado ao europeu, reduzia as necessidades não apenas de alimentação, mas de vestuário e abrigo. Finalmente, o baixo grau de desenvolvimento social do peão fazia dele um indivíduo que se contentava com pouco — um pedaço de carne, uma choça, uns farrapos.

Pagava-se o salário mensalmente. Não há, porém, elementos para medir o poder aquisitivo desse salário. Os historiadores platinos, em que pese a seus grandes progressos na investigação do sistema pastoril, confessam-se incapazes de mensurar esse poder aquisitivo. No entanto, uma vez que o valor da força de trabalho correspondia ao valor dos meios de subsistência, forçoso é concluir que se tratava de salário extremamente baixo. Tanto mais porque o estancieiro não pagava totalmente em dinheiro o salário. Parte deste era pago em espécie, ou seja, diretamente em meios de subsistência. Em razão disso, assumiam peão e estancieiro uma dupla posição, em que, ao mesmo tempo, vendiam e compravam mercadoria. Num sistema capitalista desenvolvido, o trabalhador apresenta-se frente ao capitalista apenas como um vendedor de mercadoria — sua força de trabalho. O capitalista, por sua parte, representa apenas o papel de comprador de mercadoria — força de trabalho. No sistema pastoril, ambos compravam e vendiam mercadoria. Essa situação bifronte provinha do baixo grau de divisão do trabalho e da escassa quantidade de capital variável empregado.

A estagnação secular da pecuária, desde o estabelecimento das charqueadas até a aplicação da indústria do frio à conservação da carne, explica-se, em última instância, pela impossibilidade de elevar a taxa de mais-valia. Por um lado, havia uma impossibilidade

natural e social de elevar a taxa de mais-valia mediante a extensão da jornada de trabalho ou a redução do salário real. Por outro lado, esse desiderato não podia ser atingido mediante o aumento da produtividade, pois os recursos técnicos necessários, *verbi gratia*, os aramados, os reprodutores europeus, a assistência veterinária, as aguadas e pastagens artificiais, dependiam da iniciativa do capitalismo urbano centralizado na Europa, segundo a lógica de seus interesses e de suas necessidades.

IX

Como decorrência da estagnação da produtividade, o crescimento do capitalismo pastoril só podia ser quantitativo, através da ampliação da área de criação e do acréscimo numérico do rebanho. Na estagnação da produtividade, por sua vez, descortina-se a raiz econômica dos conflitos políticos entre estancieiros gaúchos e platinos.

O problema só pode ser compreendido à luz do processo da produção.

Essa produção era representada pelo número de reses que nasciam anualmente. Podia o estancieiro, todos os anos, consumir ou vender tantas cabeças quantas fossem as crias do rebanho. Não podia consumir ou vender todo o rebanho, já que isso implicaria privá-lo dos fatores da reprodução do capital-boi. A maior parte do rebanho, malgrado apta a entrar na circulação, tinha de permanecer incorporada ao processo ativo da produção. Formava a reserva que não podia ser consumida ou vendida. A reserva tinha, a bem dizer, de permanecer eternamente nessa condição. Essa parte do capital produtivo não sofria rotação. Integrava o capital constante, mas, apesar de fixada ao processo da produção, não se compreendia na categoria de capital fixo. Constituíam, a um só tempo, meios de trabalho e material de trabalho.

A fertilidade diferencial das pastagens determinava consideráveis variações na produção de uma zona para outra. Saint-Hilaire (1974, p.47-90) informa sobre produções correspondentes a um quinto, um quarto e um terço do rebanho. Sá Brito (1979, p.99) fala de produções de um quinto, um quarto, e pouco menos de um terço do rebanho. No Paraguai, segundo Azara (1904, p.343), a produção superava um terço (AZARA, 1969, p.336-337).

Essa produção não era inteiramente vendida. Saint-Hilaire (1974, p.90 e 117) colheu informações de que a parte vendida não passava de 10%, mas, segundo ouviu do atilado charqueador Antônio José Gonçalves Chaves, isso não ia além dos 6%.

Efetivamente, para apurar a parte líquida da produção a ser vendida, haveria que reduzir: o gado para o consumo; o gado para os dizimeiros; o gado que morria de moléstias naturais ou por acidentes de castração; o gado que morria por causa de secas e epizootias. Não era desprezível a parte da produção que desempenhava o papel de meios de consumo. Para uma estância média, Luccock calculou em 100 o número de cabeças de gado consumidas (LUCCOCK, 1975, p.144). Não seria talvez exagero calcular no dobro e até no triplo o consumo de uma estância grande. Demais disso, periodicamente, uma parte da produção era incorporada ao capital fixo, sem entrar na circulação. Tal o caso do gado destinado ao suprimento de leite, manteiga, queijo, ou

dos bois destinados à tração. Em síntese, a produção consumida ou vendida constituía parte circulante do capital produtivo.

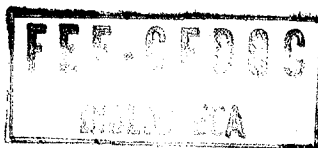
Em virtude da estagnação da produtividade, só restava ao sistema pastoril como um todo o aumento da produção mediante o emprego de processos extra-econômicos. Consistia isso em conquistar novas terras e pastagens para a criação, ou pilhar diretamente os gados alheios, a expensas, em ambos os casos, dos vizinhos platinos. As pressões dos estancieiros gaúchos para a conquista da Banda Oriental explicam-se, em última instância, pela necessidade de aumentar a produção mediante a extensão da área de pastoreio. As incursões ao outro lado da raia para pilhar gado explicam-se, da mesma forma, como um meio extra-econômico de aumentar uma produção que não podia ser aumentada por meios econômicos. A fronteira apenas se pacificou, portanto, quando os estancieiros conseguiram aumentar a produção mediante o aumento da produtividade, ou seja, produzindo mais gado nas mesmas ou em menores extensões de campo.

X

O quadro das classes sociais emerge nítido da estrutura econômica. Como classes fundamentais, em função da sua participação no processo produtivo, aparecem os estancieiros e os peões.

Desde que se constituíram como classe, os estancieiros gozaram de considerável poder econômico e social. Nos tempos coloniais, no entanto, não controlavam, em razão do próprio estatuto colonial, o poder do Estado, a serviço da burguesia mercantil lusitana, representada localmente pelos arrematadores de dízimos e quintos, pelos exportadores e importadores e, em geral, pelos grandes comerciantes. A independência não suprimiu de pronto, na Província como em todo o Brasil, o poder dessa burguesia mercantil lusitana, que continuou a exercer importante e intolerável influência nos aparelhos do Estado. São assaz conhecidos os violentos conflitos que, em todo o País, estalaram entre as elites nativas e os remanescentes da burguesia mercantil lusitana: **Cabanada** no Ceará (1831-32), Pernambuco e Alagoas (1832-35); **Sabinada** na Bahia (1837-38); **Balaiada** no Maranhão (1838-45); **Cabanagem** no Pará (1831-33, 1835-37); e **Guerra dos Farrapos** (1835-45). No Rio Grande do Sul, como em toda a parte, o desfecho desses conflitos consistiu na conquista do poder político pelas elites regionais. Os estancieiros gaúchos adquiriram uma hegemonia que se manteve indisputada até o fim do século, quando se viram obrigados a dividi-la, crescentemente, com as novas classes sociais que haviam despontado na sociedade gaúcha, a saber, notadamente, a massa de pequenos capitalistas rurais oriundos da imigração, os grandes comerciantes e os industriais.

Homens de guerra ao mesmo tempo que homens de negócios, os estancieiros mobilizavam facilmente, como massa de manobra ou ponto de apoio, a classe dos peões para a solução de seus conflitos internos, incluídos nessa denominação os conflitos entre estancieiros sul-rio-grandenses e platinos pela posse das terras e dos gados. Essa quase permanente mobilização militar da massa dominada e explorada constituiu uma das peculiaridades do Rio Grande do Sul. Para os magnatas nordestinos, seria



inconcebível confiar armas a seus escravos numa luta qualquer. Os estancieiros gaúchos podiam se permitir esse luxo. A produção eminentemente natural obstava a uma busca compulsiva de mais-valia, o que, por sua vez, tornava moderado o conflito de classes. Nisso reside por certo a explicação de que o Rio Grande do Sul não registre, na conturbada primeira metade do século passado, nenhuma insurgência de conteúdo popular, ao contrário do Nordeste, onde foram numerosas e violentas.

Peões, domadores, tropeiros e capatazes compunham a classe trabalhadora da pecuária. A grande maioria da massa rural apenas encontrava trabalho durante uma curta temporada, por ocasião dos apartes, dos rodeios e de outros trabalhos especiais. Para essa massa, as "revoluções" afiguravam uma bênção, já que lhes davam a oportunidade de comer e, principalmente, a de saquear.

São assaz conhecidas as fábulas sobre a vida idílica levada pelo peão gaúcho. Apregoa Sá Brito (1979, p.90) que ele tinha uma existência invejável nos "pagos abençoados pela felicidade". Segundo Jorge Salis Goulart (1978, p.59), o gaúcho tinha tudo para ser um homem feliz: "Dê-m-lhe um excelente chimarrão, um veloz corcel, um suculento churrasco, e o centauro do Pampa se mostrará totalmente satisfeito". Para Euclides da Cunha (1973, p.104), o gaúcho "(...) passa pela vida aventureiro, jovial, diserto, valente e fanfarrão, despreocupado"; suas "(...) vestes são um traje de festa" e ele é "um vitorioso jovial e forte". Nessa esteira, a literatura e o folclore poetizaram toda a vida do gaúcho — sua choça miserável, seus farrapos, seu monótono menu carnívoro, seu suposto donjuanismo.

Dada a identidade entre os sistemas pastoris platino e sul-rio-grandense, pode-se recorrer à descrição que Azara faz da vivenda do peão:

"Suas habitações se reduzem geralmente a ranchos ou choças cobertas de palha, com as paredes de paus verticais fincados na terra e tapados de barro nas frestas, sem caiação; e na maior parte sem portas nem janelas, salvo, quando muito, de couro. Os móveis são pelo comum um barril para água, uma guampa para bebê-la, e um assador de madeira. Quando muito acrescentam uma panela, uma mesinha e um banquinho, sem toalhas, nem nada mais; parecendo impossível que viva o homem com tão poucos utensílios e comodidades; pois não há camas, não obstante a abundância de lã" (AZARA, 1969).

Para o regime de trabalho, serve igualmente o testemunho de outro autor platino:

"Vi com meus próprios olhos o peão sair para o trabalho às 4 da madrugada como regra geral, e, não poucas vezes, às 3:30, e deixar o trabalho às 7:30 e até 8 horas da noite, descansando pela manhã durante o tempo indispensável para tomar o mate, ao meio-dia uma hora ou quando muito duas, de modo que a jornada mínima útil é de 13 a 14 horas e o tempo gasto pelo peão, tendo em conta o que necessita para despertar e vestir-se para comer e despir-se, depois da jornada, não baixa de 15 a 17 horas, e não lhes resta o necessário para descansar, voltando ao trabalho ultra-fatigado e ao concluir a jornada é um homem completamente esgotado (...)" (ALSINA, 1968, p.502).

Apesar disso, um pseudofolclore empenha-se em caluniar o trabalhador pastoril. Veja-se, a propósito, o poema **Andarengo**, de Vargas Neto:

Nasceu lá no rincão de **não-sei-onde**,
E vai passando ao tranco pela vida...
Se ele tem rancho um boqueirão o esconde,
E essa biboca nunca foi sabida...

Em pleno campo nú, não há quem sonde
Como ela sonda uma noite encardida:
Farejando junção onde uma china ronde,
E onde haja gaita e onde corra a bebida...

Não há lugar onde ele **agüente o banco**...
É o horror do trabalho que o domina
E o comissário lhe bombeia o tranco...

Nem mesmo china seu viajar lhe tranca...
Não tem querência e vai seguindo a sina
De pago em pago e não se apruma nunca.

Noutro poema, **Índio Vago**, Vargas Neto fala no gaúcho "(...) que não tem rancho, nem china e não tem pago":

Quando a polícia um pouco o abandona
Vai ao boliche se aliviar num trago
E afogar as desditas na cordeona.
Vê china à noite, por momento apenas,
Nem desencilha o pingo fiel, que o salva,
Acolherados pelas mesmas penas
E à madrugada, segue seu fadário
De olhos erguidos para a estrêla d'alva
E ouvidos baixos para o comissário.

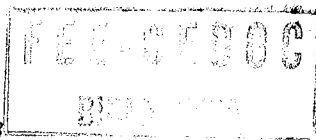
A vida do gaúcho, errando de estância em estância, em busca de trabalho, é inculcada como vagabundagem, fruto de uma inadaptação social. Transforma-se a falta de trabalho em "horror ao trabalho". Pretende-se que o espírito de "independência" e "liberdade" o torne infenso à família, quando, na verdade, não podia sustentar uma família: os estancieiros não queriam saber de peão com mulher e filhos, pois estes, no mínimo, comiam, o que impunha um maior salário. Sendo antes de tudo um solitário, não tinha o que fazer nas horas vagas; suas únicas distrações eram o jogo, a cordeona e o álcool. Para suas necessidades sexuais, recorria à china — prostituta da Campanha —, forjando-se, a partir daí, a lenda do seu donjuanismo. O gaúcho não era um folgazão, como se apregoa: era um desgraçado. Qualifica-se de "independência" o que, na realidade, não passava de "dependência" frente ao potentado. Celebra-se sua "lealdade" ao estancieiro quando trabalha por um parco salário, ou quando luta e morre por ele nas "revoluções". O tão falado "centauro dos pampas" não passava, a dizer verdade, de um pobre-diabo sem eira nem beira.

Poucos e dispersos, sem consciência de seus interesses, os peões formavam uma classe extremamente débil, impotente para esboçar qualquer luta pelos seus interesses. O que configurava uma atroz ironia, tendo em conta que, generosamente, lutavam e morriam por interesses que não apenas não eram os seus, senão que, pelo contrário, reforçavam o poder dos seus dominadores.

Bibliografia

- ABREU, Florêncio de (1948). O gado bovino e sua influência na antropogeografia do Rio Grande do Sul. **Revista Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, n.11, p.30-31.
- ALSINA, Juan A. (1968). El obrero. In: RODRIGUES MOLAS, Ricardo E. **História social del gaucho**. Buenos Aires.
- ANDRÉA, José de Souza Soares de (1850). **Relatório do Estado da Província do Rio Grande de São Pedro**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemment.
- AZARA, Félix de (1904). **Geografía física y esférica de las provincias del Paraguay, y las misiones guaraníes**. Montevidéo.
- AZARA, Félix de (1969). Memória rural do rio da Prata. In: MANUSCRITOS da coleção de Angelis. Rio de Janeiro.
- BAGÚ, Sérgio (1952). **Estructura social de la colonia**. Buenos Aires: El Ateneo.
- BARCELLOS, Rubens de (1955). **Estudos Rio-grandenses**. Porto Alegre: Globo.
- BELO, Luís Alves Leite de Oliveira (s.d.). Diário de uma viagem no interior da província de São Pedro em 1856. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, v.20, n.79, 3.trimest.
- BETTAMIO, Sebastião Francisco (1858). Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t.21, 3.trim.
- BEZARA, Augustin (1971). **Rivera y la independência de las misiones**.
- BOUTRUCHE, Robert (1973). **Señorio y feudalismo**. Buenos Aires: Siglo Vientiuno.
- BRITO, Severino de Sá (1979). **Trabalhos e costumes dos gaúchos**. 2.ed. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais
- CAMARGO, Antonio Eleutério de (1868). **Quadro estatístico da província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CESAR, Guilhermino (1970). **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo.

- CESAR, Guilhermino (1978). **O conde de Piratini e a estância da música.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ IEL/ Universidade de Caxias do Sul.
- CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2 (s.d.). **Anais...** Porto Alegre. (A escravidão em Porto Alegre)
- CONI, Emilio A. (1930). **História de las vaqueiras del rio de la Plata.** Madri.
- CORRÊA, Romaguera (1964). **Vocabulário Sul-Rio-Grandense.** Porto Alegre: Globo.
- CUNHA, Euclides (1973). **Os sertões.** São Paulo: Cultrix.
- DREYS, Nicolau (1839). **Notícia descritiva da provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul.** Rio de Janeiro: J. Velleneuve.
- FABRÍCIO, José de Araujo (s.d.). Inácio Francisco de Melo. **Revista Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul**, n.121, p.113.
- FARIA, Otávio Augusto (1914). **Dicionário geográfico histórico e estatístico do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre.
- FOGER, Robert William, ENGERMANN, Stanley L. (1974). **Time on the cross.** Canada: Little Brown.
- FREITAS, Décio (1977). **Escravos e senhores de escravos.** Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul/ Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- FREITAS, Décio (1980). **O escravismo brasileiro.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português/ Vozes.
- GILBERTI, Horácio C. E. (1970). **História economica de la ganadeira Argentina.** Buenos Aires: Solar/ Hachetta. p.152
- GOULART, Jorge Salis (1978). **A formação do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Martins Livreiro.
- HINDESS, Barry, HIRST, Paul Q. (1976). **Modos de produção pré-capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar.
- JACQUES, João Cezimbra (1912). **Assuntos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia.
- LUCCOCK, John (1975). **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia.
- MAESTRI FILHO, Mario José (1979). **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- MAGALHÃES, Manoel Antônio de (1867). Almanak da vila de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul. **Revista Trimestral do Instituto e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro, t.30, 1.parte.
- MARX, Karl (1974/75). **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v.3-5.



- MONTOYA, Alfredo J. (1970). **História de los soladeros Argentinos**. Buenos Aires: El Coloqui.
- MORENO, Nahuel (1957). Quatro tesis sobre a colonização espanhola y portuguesa. **Estrategia**, n.1.
- PORTO, Aurélio (1954). **História das missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach.
- REVISTA DO ARQUIVO DO RIO GRANDE DO SUL (s.d.). Porto Alegre, n.23.
- REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (s.d.). Porto Alegre, n.19.
- RODRIGUES MOLAS, Ricardo E. (1968). **História social del gauchó**. Buenos Aires.
- ROSCIO, Francisco João (1942). Compêndio noticioso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, v.22, n.87, p.29-56, 3 e 4 trimest.
- SAINT-HILAIRE, Auguste (1974). **Viagem do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Itatiaia.
- SALDANHA, José de (1938). Diário resumido histórico. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.51.
- SMITH, Adam (1970). **The wealth of nations**. Middlerex: Penguin Bocks.
- SROUR, Robert Henry (1978). **Modos de produção**: elementos da problemática. Rio de Janeiro: Graal.
- VARELA, Alfredo (1933). **História da grande revolução**. Porto Alegre: Globo. 6v.
- XAVIER, Paulo (1969). A estância no Rio Grande do Sul. In: **RIO Grande do Sul - terra e povo**. Porto Alegre: Globo.
- ZORRILLA, Ruben H. (1972). **Extracción social de los caudillos**. Buenos Aires: La Pleyde.

Abstrac

In this article the cattle and sheep breeding in Rio Grande do Sul is uncharacterized as a feudal productive sistem. By contrast, it is viewed as a social productive sistem based on wage labor. In this way capitalist - although impure, dependent and undeveloped. Starting from this definition, a historical material is used to explain the thesis.